



Prefeitura Municipal
de Cachoeira Paulista

Nome do Candidato

Inscrição

Caderno de Prova



Data 01/03/2020



3h00 de duração



30 questões

Cargo: Coordenador Pedagógico

INSTRUÇÕES

- Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
- Verifique se este caderno contém 30 questões, numeradas de 1 a 30. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Transcreva, **com caneta de tinta preta**, as alternativas escolhidas para o GABARITO OFICIAL, sem cometer rasuras. Não deixe nenhuma em branco.
- Não será possível a substituição do Gabarito Oficial.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Não haverá tempo adicional para transcrição de respostas ao gabarito oficial.
- Terminada a prova entregue o gabarito oficial, a folha da prova dissertativa e o caderno de questões ao fiscal. Poderá ser levado **somente** o gabarito provisório de respostas.

Certo Errado Errado

Gabarito Provisório

1)	6)	11)	16)	21)	26)	31)	36)	41)	46)
2)	7)	12)	17)	22)	27)	32)	37)	42)	47)
3)	8)	13)	18)	23)	28)	33)	38)	43)	48)
4)	9)	14)	19)	24)	29)	34)	39)	44)	49)
5)	10)	15)	20)	25)	30)	35)	40)	45)	50)



AGIRH – Assessoria e Gestão Integrada
em Recursos Humanos S/C Ltda
Email: contato@agirh.org
<http://www.agirh.org>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA

Concurso Público 02/2019

Cargo: Coordenador Pedagógico

Português

Leia atentamente a canção *Paralelas*, de Antônio Carlos Belchior, cantor e compositor brasileiro, para responder às questões de **1 a 3**.

Paralelas

Dentro do carro
Sobre o trevo
A cem por hora, ó meu amor
Só tens agora os carinhos do motor

E no escritório em que eu trabalho
e fico rico, quanto mais eu multiplico
Diminui o meu amor

Em cada luz de mercúrio
vejo a luz do teu olhar
Passas praças, viadutos
Nem te lembras de voltar, de voltar, de voltar

No Corcovado, quem abre os braços sou eu
Copacabana, esta semana, o mar sou eu
Como é perversa a juventude do meu coração
Que só entende o que é cruel, o que é paixão

E as paralelas dos pneus n'água das ruas
São duas estradas nuas
Em que foges do que é teu

No apartamento, oitavo andar
Abro a vidraça e grito, grito quando o carro passa
Teu infinito sou eu, sou eu, sou eu, sou eu

01- Leia atentamente as afirmações a seguir:

I – A partir da leitura da canção, é possível afirmar que partiu do eu lírico o desejo de romper a relação com a pessoa amada.

II – O título da canção, *Paralelas*, retrata como o eu lírico se sente em relação à pessoa amada: são pessoas alheias, que não se encontram.

III – Palavras que retomam o universo automobilístico são empregadas ao longo da canção.

É (São) **incorreta(s)** a(s) afirmação(ões):

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I.

2- Leia atentamente as afirmações a seguir:

I – A figura de linguagem presente no verso “só tens agora os carinhos do motor” é prosopopeia.

II – Segundo o eu lírico, todos os corações jovens são limitados a determinadas emoções.

III – O eu lírico demonstra já ter superado a separação da pessoa amada.

É (São) **correta(s)** a(s) afirmação(ões):

- a) Apenas II.
- b) I e III.
- c) Todas.
- d) Apenas I.

03- A figura de linguagem presente em “quanto mais eu multiplico/diminui o meu amor”:

- a) Paradoxo.
- b) Antítese.
- c) Comparação.
- d) Proporção.

Leia atentamente a tirinha de Hagar a seguir para responder às questões 4 e 5:



04- Leia as afirmações a seguir:

I – Segundo Hagar, a percepção do tempo varia conforme o divertimento.

II – No primeiro quadrinho, Helga demonstra se importar com a opinião do marido sobre a visita de sua mãe.

III – É possível afirmar que Hagar e sua sogra são inimigos.

É (São) **correta(s)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e III.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I.
- d) Apenas II.

05- Assinale a alternativa correta:

- a) Em “mas ela nos visitou [...]”, “mas” é um exemplo de conjunção subordinativa.
- b) Em “Faz mais de dois anos”, o verbo fazer é impessoal; nessa oração, não há sujeito.
- c) A expressão “É mesmo?”, classificada como interjeição, indica uma indignação de Hagar por estar há tanto tempo sem ver a sogra.
- d) Em “Mamãe vem nos visitar”, “nos” é um exemplo de pronome pessoal do caso reto.

06-Assinale a alternativa correta, segundo a norma culta da língua:

- a) A apresentação do colaborador agradeceu os clientes.
- b) Uma ação conjunta entre governo e mídia implica em mais informação para a população.
- c) As duras palavras visavam a honra da humilde família.
- d) Este é o documento que preciso.

07-Leia as afirmações a seguir, acerca dos numerais:

I – Numeral é a palavra que indica os seres em termos numéricos, atribuindo quantidade ou situando os seres em determinada sequência.

II – Os numerais cardinais não variam em gênero.

III – Em “Ambos participaram das atividades”, “ambos” é classificado como numeral.

É(são) **correta(s)** a(s) afirmação(ões):

- a) I e II.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I.
- d) I e III.

08-Assinale a alternativa em que a oração subordinada é da mesma classificação que a existente em “Embora planejasse tudo, nada saía como o esperado”.

- a) Vencido o jogo, continuarão treinando.
- b) Petra era uma menina talentosa, mas principalmente esforçada.
- c) O discurso do empreendedor foi preciso, todavia não convenceu os empresários.
- d) Alex gostava de cozinhar, porém não tinha muita habilidade.

09-A palavra “atualizar” é formada por:

- a) Justaposição.
- b) Derivação sufixal.
- c) Derivação prefixal e sufixal.
- d) Parassíntese.

10-Assinale a alternativa correta, segundo o padrão de norma culta de língua:

- a) Entre mim e ti não deve haver nenhum segredo.
- b) É difícil para eu decidir.
- c) Esse enigma é para mim resolver.
- d) Desconfiavam de que havia um romance entre eu e ele.

Legislação

11-O texto da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988, disserta em seu Artigo 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Podemos considerar corretas:

- a) I, II , III apenas
- b) II, III , IV e V apenas.
- c) III , IV e VI apenas.
- d) I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII.

12-De acordo com o que disserta no Artigo 11 da Lei 9394/96 os Municípios incumbir-se-ão de:

- I - Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II - Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III - Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV - Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente

quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VI – Não assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Podemos considerar como FALSA:

- a) Alternativa IV
- b) Alternativa VI
- c) Alternativa V
- d) Alternativa II

13-De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, disserta em seu Artigo 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;

V - advertência.

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.

Podemos considerar CORRETAS:

- a) I e II apenas
- b) II e III apenas.
- c) I, II, III, IV e V apenas
- d) III, IV e V apenas

14- LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014 Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências - com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

A referida Lei disserta em sua meta 6:

- a) Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.
- b) Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos(as) da educação básica.
- c) Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, de 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.
- d) Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos (as) da educação básica.

15- De acordo com a Deliberação CEE 155/17 Dispõe sobre avaliação de alunos da Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas. No seu Artigo 16 traz que: As propostas pedagógicas das escolas devem indicar com clareza as aprendizagens que devem ser asseguradas aos alunos nos níveis fundamental e médio da Educação Básica, nas diferentes áreas e componentes curriculares. Parágrafo único - A avaliação do rendimento escolar terá como referência básica o conjunto dessas aprendizagens. E no Art. 17 traz que a avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve:

I - Assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a: a) identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino; b) subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;

II - Utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;

III - Fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de provas finais, quando essas ocorrerem, tal como determina a alínea "a" do inciso V do art. 24 da Lei nº 9.394/96.

IV- A avaliação institucional dentro da gestão compartilhada é exclusivamente um ato pedagógico do professor, podendo ele atribuir critérios singulares, dentro até mesmo de um caráter classificatório e excludente.

Podemos considerar como FALSA:

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) III apenas.
- d) IV apenas

16- O DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007 Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. No seu Artigo 3 disserta:

- a) A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.

- b) A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). Parágrafo único. O IDEB não será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.
- c) A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. A escola e sua singularidade e peculiaridade será respeitada ao fazer o aferimento de seus rendimentos.
- d) Com a gestão democrática e a criação dos sistemas de ensino municipais, as unidades escolares passam a ter autonomia para criar mecanismos de avaliações institucionais internas, sem o compromisso de qualidade de ensino com o IDEB.

17- De acordo com a Resolução CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, em seu artigo 4, em atendimento à LDB e ao Plano Nacional de Educação (PNE), aplica-se à Educação Básica, e fundamenta-se nas seguintes competências gerais, expressão dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem desenvolvidas pelos estudantes:

I. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

II. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;

III. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;

IV. Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;

V. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;

VI. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias

do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

VII. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado consigo mesmo, com os outros e com o planeta.

VIII. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

IX. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, de forma harmônica, e a cooperação, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

X. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Podemos considerar CORRETAS:

- a) I, III, IV, VI, VII, IX e X apenas
- b) I, II, III, VI, VII, VIII, e IX apenas
- c) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X apenas
- d) III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X apenas

18- De acordo com a Lei Nº 13.068, de 10 de junho de 2008 , dispõe sobre a obrigatoriedade de as escolas da rede pública estadual comunicarem o excesso de faltas de alunos, na forma que especifica. Em seu artigo 1 estabelece que:

- a) As escolas da rede pública estadual ficam obrigadas a comunicar, por escrito, a ocorrência de excesso de faltas dos alunos regularmente matriculados no ensino fundamental e no ensino médio: I - aos pais; II - ao Conselho Tutelar; III - à Vara da Infância e da Juventude. § 1º - A comunicação a que se refere o "caput" tem caráter preventivo, a fim de que não seja ultrapassado o limite permitido de 25% (vinte e cinco por cento) de ausências. § 2º - A comunicação deverá ser feita quando for atingido o limite de 20% (vinte por cento) das faltas.
- b) As escolas da rede pública estadual ficam obrigadas a comunicar, por escrito, a ocorrência de excesso de faltas dos alunos regularmente matriculados no ensino fundamental e no ensino médio: I - aos pais; II - ao Conselho Tutelar; III - à Vara da Infância e da Juventude. § 1º - A comunicação a que se refere o "caput" tem caráter preventivo, a fim de que não seja ultrapassado o limite permitido de 30% (trinta por cento) de ausências. § 2º - A comunicação deverá ser feita quando for atingido o limite de 20% (vinte por cento) das faltas.
- c) As escolas da rede pública estadual ficam obrigadas a comunicar, por escrito, a ocorrência de excesso de faltas dos alunos regularmente matriculados no ensino fundamental e no ensino médio: I - aos pais; II - ao Conselho Tutelar; III - à Vara da Infância e da Juventude. § 1º - A comunicação a que se refere o "caput" tem caráter preventivo, a fim de que não seja ultrapassado o limite permitido de 30% (trinta por cento) de

ausências. § 2º - A comunicação deverá ser feita quando for atingido o limite de 30% (trinta por cento) das faltas.

- d) As escolas da rede pública estadual ficam obrigadas a comunicar, por escrito, a ocorrência de excesso de faltas dos alunos regularmente matriculados no ensino fundamental e no ensino médio: I - aos pais; II - ao Conselho Tutelar, toda vez que o aluno ultrapassar o limite permite de faltas de 18% (dezoito por cento).

19– De acordo com a LEI Nº 16.279, DE 8 DE JULHO DE 2016 Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências, O Plano Estadual de Educação terá o prazo de vigência de 10 (dez) anos, a contar da data de publicação desta lei, para atendimento das peculiaridades do sistema de ensino do Estado. Disserta em sua meta nº 3:

- a) Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
- b) Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 75% (setenta e cinco por cento).
- c) Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 (quinze) a 18 (dezoito) anos e elevar, até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 75% (setenta e cinco por cento).
- d) Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 (quinze) a 18 (dezoito) anos e elevar, até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

20– De acordo com a Resolução SE Nº 51, de 1º de novembro de 2017 dispõe sobre o cumprimento do disposto na Deliberação CEE nº 138/2016, quanto ao processo de autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos de ensino e cursos da rede privada de ensino presencial, nos diferentes níveis e modalidades, integrantes do Sistema Estadual de Ensino de São Paulo. Quanto aos procedimentos relativos a diligência e sindicância estabelece:

a) Quanto à diligência e sindicância: compete ao Dirigente Regional de Ensino designar comissão de Supervisores de Ensino para efetuar diligência e sindicância para apuração de eventuais irregularidades cometidas pela instituição de ensino e/ou entidade mantenedora, quando esgotadas as possibilidades de correção

b) Quanto à diligência: compete ao Dirigente Regional de Ensino designar comissão de Supervisores de Ensino para efetuar diligência para apuração de eventuais irregularidades cometidas pela instituição de ensino e/ou entidade mantenedora, quando esgotadas as possibilidades de correção. 2. quanto à sindicância: 2.1. Compete ao Coordenador da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica-CGEB a instauração de sindicância à vista da proposta do Dirigente Regional de Ensino, conforme disposto no artigo 21 da Deliberação CEE nº 138/2016; 2.2. As normas e procedimentos relativos à sindicância serão

disponibilizados pela Assistência Técnica do Coordenador da CGEB, responsável pela rede privada de ensino, aos integrantes da Comissão de Supervisores de Ensino.

c) Quanto a diligência e sindicância compete ao Coordenador da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica-CGEB a instauração de sindicância mesmo na ausência da proposta do Dirigente Regional de Ensino, conforme disposto no artigo 21 da Deliberação CEE nº 138/2016.

d) As normas e procedimentos relativos à sindicância não serão disponibilizados pela Assistência Técnica do Coordenador da CGEB, responsável pela rede privada de ensino, e nem aos integrantes da Comissão de Supervisores de Ensino.

Conhecimentos Específicos

21-Miguel Gonzáles Arroyo, em sua obra: Currículo, território em disputa percebe-se que está “mergulhado” no cotidiano escolar, pois seu texto deixa marcas significativas em quem ousa trilhar por esse território.

- I. Destaca os professores e seus direitos autorais nos currículos e debate a respeito de suas identidades;
- II. Os saberes do trabalho docente e a disputa por um lugar nos territórios é questionada;
- III. Estuda especificamente os sujeitos sociais e suas experiências na afirmação no território do conhecimento;
- IV. Discute o direito ao conhecimento, nos currículos referentes à memória, à vivência dos tempos digno e justo, à cultura e à condição de cidadãos

São corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I, II, III e IV

22- Miguel Gonzáles Arroyo afirma sobre às identidades docentes:

- a) A identidade docente não se encontra em crise, já que a escola e o professor possuem autonomia e flexibilidade na elaboração do currículo escolar.
- b) A disciplina específica na qual o professor leciona interfere na sua identidade enquanto indivíduo. Ele leva a entender que esses sujeitos estão em crise de identidade profissional, uma vez que são obrigados a seguir certa disciplina comportamental que os leva a mudar suas práticas na maneira de preparar aulas e de ensinar a matéria, desse modo sendo levados à repensar suas identidades.
- c) A identidade docente deve ser construída continuamente, de acordo com o projeto político pedagógico da escola.
- d) A identidade docente está em crise por questões meramente capitalistas, visto que o docente não está satisfeito com a remuneração salarial.

23-Para Maria Teresa Esteban, a avaliação vem se tornando a cada dia um tema polêmico. Para ela não se pode pensar no debate educativo sem considerar a avaliação nos marcos das políticas públicas e em sua realização no cotidiano escolar, portanto, fortemente vinculada às questões curriculares. Nos insere no movimento de reflexão sobre a democratização das práticas escolares de modo a articulá-las a um amplo movimento de emancipação social. Chama a atenção para a elaboração de processos de avaliação que se oponham às práticas classificatórias, instrumentos de exclusão, ainda presentes no cotidiano escolar e expressam a busca de alternativas. Segundo Esteban a avaliação deve ser:

- a) Um processo meramente burocrático, atendendo os dispositivos legais da Lei 9394/96.
- b) Classificatória, com o objetivo pedagógico de classificar os saberes dos educandos.
- c) Um processo dialógico que convide ao saber e á reflexão, contribuindo para romper com a histórica exclusão que caracteriza a nossa escola.
- d) Bancária apenas, para ter registros e arquivá-los como documentos de validação ou não da aprendizagem.

24-Lino de Macedo, em seu livro: Ensaio pedagógicos: como construir uma escola para todos? o autor apresenta-o em forma de ensaio, propondo uma estratégia e forma de aprendizagem com a finalidade de expor teoricamente elementos que buscam valorizar e orientar um estudo aprofundado sobre a inclusão escolar. Inscreve-se num projeto de extensão, resultados de palestras proferidas pelo Brasil, e a expectativa é restituir ou devolver, de maneiras sistematizada, os conhecimentos e experiências dos professores às ditas palestras. O autor situa epistemologicamente a temática no contexto da escola atual, da pedagogia seletiva e tradicional e do professor que nela trabalha, porém partindo de uma perspectiva piagetiana e buscando propor uma pedagogia diferenciada. Ao professor atento, oferece elementos para o planejamento de um projeto curricular de uma escola inclusiva. Na sua visão de formação, procura incentivar os professores a assumir a autoria das experiências deles. A tomada de consciência das ações permitiria a renovação dos compromissos e das responsabilidades como professores. O autor enfatiza alguns eixos fundamentais sobre os quais seria necessário refletir e se basear no momento de elaborar um projeto curricular:

- I - Crítica à escola fundamental;
- II- A possibilidade de construir uma escola inclusiva;
- III- Os desafios para a prática docente;
- IV- Como devem aprender os professores e quais as competências requeridas para contribuir com essa formação;
- V- Que elementos novos devem ser destacados no planejamento escolar;
- VI- A perspectiva construtiva para superar problemas de aprendizagem
- VII- Formas de avaliação na escola;
- VIII- O cotidiano na sala de aula;
- IX- A disciplina no processo educacional;
- X- Aspectos para elaborar um projeto curricular.

Podemos considerar como preposições CORRETAS

- a) Alternativas I, II, III, IV, VI e X
- b) Alternativas I, II, VIII e X
- c) Alternativas, I, III, IV, V, VI, VII, VIII e X.
- d) Alternativas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X.

25- A obra “Educação na cidade”, de Paulo Freire, trata-se do período em que o autor foi Secretário de Educação da cidade de São Paulo (1989 - 1991). O livro se constitui em sua maior parte, por entrevistas concedidas por Freire sobre diversas temáticas da educação nesse período. Segundo Freire, podiam-se perceber:

- I. Grandes problemas quantitativos (escolas não atendendo a todos) e problemas qualitativos (questões curriculares).
- II. A forma tradicional de avaliação privilegia as crianças das classes pobres em detrimento das crianças das classes ricas. Assim, não são considerando a experiência das crianças na avaliação,
- III. Privilegiam-se as crianças ricas, pois estas trazem consigo a experiência que a escola valoriza, enquanto que as experiências das crianças pobres não são levados em conta, portanto, não são exploradas questões básicas para que o ensino para essas crianças seja significativo.
- IV. Porém, defende Freire que estas crianças (das classes populares) são capazes de aprender como as outras (das classes favorecidas).

São corretas:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) I, II, III e IV

26- A questão na evasão escolar também é discutida por Freire. Para ele o que realmente há é:

- a) Uma “expulsão escolar”, pois os alunos, quando não são “impedidos” de ingressar nas escolas, devidos a vários problemas sociais, não conseguem se manter e, portanto, são “expulsos” delas.
- b) Um descaso das políticas públicas governamentais que verifiquem a frequência escolar dos alunos.
- c) Uma falta de mecanismo legal para penalizar os pais pela evasão escolar.
- d) Uma capacidade da escola juntamente com o corpo docente de atrair os educandos em suas práticas escolares.

27- Para Jussara Hoffmann, na avaliação escolar o modelo: transmitir, verificar, registra, corresponde ao processo conhecido como:

- a) Avaliação Classificatória
- b) Avaliação Mediadora
- c) Avaliação Reflexiva
- d) Avaliação Significativa.

28-No livro :Gestão Democrática na Escola Pública do autor Vítor Henrique Paro indaga: Existe escola verdadeiramente pública no Brasil? A partir dessa pergunta, o educador da USP constrói o texto Gestão Democrática da escola pública. Para ele, o que há é que apenas um sistema estatal de ensino, mantido de forma precária, pelo governo brasileiro.

A administração escolar é, no seu entendimento, portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro, mesmo em prejuízo da realização humana implícita no ato educativo. Ele afirma:

- a) Se administrar é utilizar racionalmente os recursos para a permanente impregnação de seus fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcança-los.
- b) Administrar a escola hoje é como administrar uma empresa no sistema capitalista, visando lucros.
- c) Hoje administrar a escola com a eficácia de sucesso é validado com o número de alunos que são aprovados em vestibulares e também os dados finais dos indicadores da Prova Brasil.
- d) A escola pública hoje com toda sua dificuldade em administrar, se faz necessário ter dois gestores (um para o administrativo e outro para o pedagógico).

29-Sobre -Compreender e ensinar no mundo contemporâneo: por uma docência de melhor qualidade – de Terezinha Azeredo Rios,

- I. A autora apresenta neste livro, sua tese de doutorado defendida em agosto de 2000 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo apreciada por Selma Garrido Pimenta, (sua orientadora), Mário Sergio Cortella e José Carlos Libâneo.
- II. Ensinar é o enfoque do livro, que a autora faz com muita propriedade, uma vez que " fazer aulas " e "ensinar" é a sua alegria.
- III. Fala de seus limites, o "largar tudo", mas retorna com esperança refletindo sua prática numa mistura de razão e paixão,
- IV. É uma reflexão que empreende uma busca de compreensão da realidade através da Filosofia e da Didática, chamada de ciência do ensino. É a articulação entre Filosofia e Didática - saberes que contribuem para a construção contínua da competência do professor.
- V. Filosofia - é a reflexão e a compreensão da atuação dos seres humanos no mundo. Didática - é a preocupação com o ensino, a socialização, criação e recriação. Tanto a Filosofia como a Didática são saberes humanos historicamente situados e é preciso verificar as características do contexto, nos quais eles desempenham suas funções e quais as alternativas para que estes sujeitos possam "fazer acontecer".

São corretas:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, III e V
- d) I, II, III, IV e V

•

30-Competência e qualidade na docência é uma reflexão sobre a articulação dos conceitos de competência e de qualidade no espaço da profissão docente. Estes termos são empregados com múltiplas significações, gerando equívocos e contradições. A ideia de ensino competente é um ensino de boa qualidade. É fazer a conexão estreita entre as dimensões: técnica, política, ética e estética da atividade docente. Trata-se de refletir sobre os saberes que se encontram em relação à formação e à prática dos professores. As competências utilizam, integram, mobilizam conhecimentos para enfrentar um conjunto de situações complexas. "Como guia, um referencial de competências adotado em Genebra - 1996 para a formação contínua", (lista das competências):

- I - Organizar e dirigir situações de aprendizagem;
- II- Administrar a progressão das aprendizagens;
- III - Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação;
- IV - Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho;
- V - Trabalhar em equipe;
- VI- Participar da administração da escola;
- VII- Informar e envolver os pais;
- VIII- Utilizar novas tecnologias;
- IX - Enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão;
- X- Administrar sua própria formação contínua.

São considerar como preposições CORRETAS:

- a) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X
- b) I, III, IV, VII, VII e X
- c) III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X
- d) I, II, e VIII.